



CORREIO YANUARÍ - TROPICHE

BOLETIM
INFORMATIVO

OUTUBRO 2026

CTI EM AÇÃO

Encontro fortalece proteção de povos isolados na fronteira Brasil–Peru

Entre os dias 26 e 28 de agosto, representantes indígenas e organizações do Brasil e do Peru reuniram-se em Rio Branco, no Acre, para fortalecer a proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário na região de fronteira entre os dois países. O encontro contou com a participação do CTI, da UNIVAJA e de diversas organizações indígenas e da sociedade civil, além de representantes do poder público, como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

A atividade possibilitou o intercâmbio de experiências de monitoramento e proteção territorial desenvolvidas no Acre, Amazonas e em comunidades indígenas peruanas, contribuindo para o fortalecimento da articulação entre organizações indígenas e instituições parceiras.

Como resultado do encontro, as organizações construíram um Plano de Trabalho Conjunto, com ações previstas para o período de setembro de 2026 a dezembro de 2027. A iniciativa busca fortalecer as políticas de proteção e a atuação indígena nos corredores territoriais Pano-Aruak e Javari-Tapiche, ampliando a cooperação entre organizações e instituições dos dois países.

Saiba mais no site do CTI ➔



©Hilton Nascimento/CTI

EM DESTAQUE

GTI-PIACI reúne experiências internacionais sobre proteção de povos isolados

O GTI-PIACI, em parceria com o Solutions Insights Lab (SIL), lançou uma plataforma que reúne experiências e estratégias para fortalecer a proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI). A iniciativa é baseada em entrevistas com 29 lideranças indígenas, defensores, pesquisadores e profissionais de países da América do Sul e da Ásia e identifica caminhos relacionados à proteção territorial, liderança indígena, governança comunitária e articulação internacional.

A plataforma destaca que pelo menos 188 grupos de povos indígenas em isolamento foram identificados na América do Sul, mas apenas 60 possuem reconhecimento oficial. Entre as estratégias apresentadas estão o fortalecimento das comunidades que vivem próximas aos territórios dos PIACI, o monitoramento comunitário,

a proteção territorial e o protagonismo das organizações indígenas na construção de políticas e mecanismos de proteção.

Saiba mais no site do pueblোসaislados

Terras indígenas com povos isolados registram 40 casos de invasão em 2025, diz relatório do Cimi

Vinte terras indígenas com presença de povos em isolamento voluntário registraram 40 casos de invasões, exploração de recursos naturais ou outros danos ao patrimônio em 2025, segundo o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Essas terras concentram 45 registros de povos isolados, que enfrentam ameaças como garimpo ilegal, desmatamento e exploração de madeira.

O Cimi contabiliza 119 registros de povos indígenas isolados no país, dos quais 55 são confirmados pela Funai. Segundo a organização, os demais permanecem sem políticas específicas de proteção. Entre os registros mencionados no relatório estão

os 18 registros de povos isolados na Terra Indígena Vale do Javari e o registro localizado no Parque Nacional da Serra do Divisor, ambos inseridos no contexto do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

O relatório também aponta que a demora na demarcação e as invasões de terras indígenas ampliam a vulnerabilidade dos povos indígenas e de seus territórios.

Saiba mais no site do O Globo



© Gleison Miranda/Funai



© Funai

Áreas protegidas na mira dos hidrocarbonetos

Uma proposta do Ministério de Energia e Minas do Peru (MINEM) prevê a criação de uma comissão permanente para avaliar e viabilizar atividades de exploração de petróleo e gás em áreas naturais protegidas e reservas indígenas. Segundo análise do Instituto de Defesa Legal do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (IDLADS), entre as áreas que podem ser afetadas estão as reservas indígenas Yavari-Tapiche, Sierra del Divisor Occidental y Tamaya-Abujao, destinadas à proteção de povos indígenas em isolamento e contato inicial (PIACI) e localizadas no Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

O IDLADS alerta que a proposta pode flexibilizar regras ambientais e ampliar atividades extrativas em territórios considerados intangíveis, colocando em risco o princípio do não contato e a proteção dos povos isolados. A organização também questiona a legalidade da medida e afirma que uma iniciativa com impactos sobre direitos coletivos dos povos indígenas deveria passar por consulta prévia.

Saiba mais no site da Servindi ➡

Suriname sedia encontro internacional sobre a proteção de povos indígenas isolados

Organizações que integram o GTI-PIACI se reuniram no Suriname para fortalecer a cooperação regional na proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário e de contato inicial. A articulação reúne 21 organizações indígenas e aliadas de oito países da América do Sul e estima a existência de 188 registros de grupos isolados na região, dos quais apenas 60 são oficialmente reconhecidos pelos governos nacionais. O CTI e a Orpio, organizações que atuam no âmbito do Corredor Territorial Yavari-Tapiche e membros do GTI-PIACI, além da Fundação Rainforest Noruega (RFN), participaram do evento.

O encontro discutiu ameaças aos territórios, estratégias de proteção e ações de cooperação entre países, especialmente em regiões de fronteira. No Suriname, onde ainda não há povos isolados oficialmente reconhecidos, relatos e indícios apontam para uma possível presença em áreas próximas a fronteira com o Brasil. O GTI-PIACI defende pesquisa cuidadosa, proteção preventiva dos territórios e respeito ao princípio do não contato.

Saiba mais no site da gfcnuews ➡



VALE DO JAVARI



© Pedro Ladeira



© Univaja

Estudo alerta para avanço de ameaças sobre a Terra Indígena Vale do Javari

Um artigo publicado na revista Nature Sustainability alerta para o avanço de ameaças socioambientais sobre terras indígenas na Amazônia, com atenção especial à Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. Principal Terra Indígena do lado brasileiro do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, se trata da área com a maior diversidade de povos indígenas isolados do planeta, com pelo menos 14 grupos identificados.

Para essas populações, a opção pelo isolamento representa uma estratégia histórica de sobrevivência contra atrocidades do passado, tornando sua existência inteiramente dependente da integridade ecológica da floresta e da proteção territorial. No entanto, a região vive uma escalada de agressões movida pelo narcotráfico, caça e pesca ilegais e pela presença de missionários fundamentalistas.

O estudo evidencia a preocupante dinâmica do avanço rápido do desmatamento no entorno da Terra Indígena Vale do Javari recomendando estender às terras indígenas a proteção legal das zonas de amortecimento aplicada a unidades de conservação. Os pesquisadores também reforçam a urgência de fortalecer a infraestrutura da FUNAI — com

destaque para o reforço de suas quatro bases de vigilância e a ampliação do poder administrativo e de segurança do órgão —, além da pactuação de acordos de cooperação transnacional para deter as invasões antes que causem danos irreversíveis.

Saiba mais no site da Nature

MPF apura entrada de estrangeiros e atuação religiosa no Vale do Javari

O Ministério Público Federal (MPF) apura a entrada de estrangeiros e a atuação de grupos religiosos na região do Vale do Javari, no Amazonas, principal Terra Indígena no âmbito brasileiro do Corredor Territorial Yavari-Tapiche. A investigação ocorre em um território que concentra povos indígenas isolados e de recente contato, cuja proteção depende de medidas que evitem aproximações e contatos não autorizados.

A apuração chama atenção para os riscos da presença de pessoas de fora em uma região de alta vulnerabilidade socioepidemiológica. A entrada e a atuação de terceiros no Vale do Javari também envolvem o respeito aos protocolos de proteção e ao direito dos povos em isolamento de permanecer sem contato.

Saiba mais no site da Revista Cenarium

Quatro anos após assassinatos de Bruno e Dom, rede criminosa mantém Vale do Javari sob ameaça no AM

Quatro anos após os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, o Vale do Javari continua sob pressão do narcotráfico, pesca e caça ilegais, garimpo, exploração de madeira e invasões. A Terra Indígena, localizada na fronteira entre Brasil e Peru, ocupa uma grande área do Corredor Territorial Yavari-Tapiche e abriga pelo menos 14 grupos em isolamento voluntário e povos de recente contato, especialmente vulneráveis ao avanço dessas atividades e ao risco de contatos não controlados.

A Equipe de Vigilância da UNIVAJA atua no monitoramento do território e registrou 456 ocorrências ou vestígios de invasões entre 2021 e 2024. A organização alerta que o avanço de garimpeiros, caçadores e rotas do narcotráfico aumenta os riscos de conflitos e transmissão de doenças aos povos isolados. Funai, Ibama e órgãos de segurança afirmam ter reforçado ações de fiscalização e combate às atividades ilegais na região.

Saiba mais no site do G1

Falta de pessoal e fiscalização: MPF vê falha sistêmica da PF em fronteira estratégica para narcotráfico na Amazônia

O Ministério Público Federal (MPF) acionou a União para cobrar a recomposição da estrutura da Polícia Federal (PF) em Tabatinga (AM), na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Segundo a ação, a falta de agentes, de fiscalização permanente e de monitoramento aéreo compromete investigações e o enfrentamento ao narcotráfico, garimpo ilegal e outras atividades criminosas em uma região que inclui a Terra Indígena Vale do Javari. De acordo com o MPF, a ausência de postos permanentes da PF na Tríplice Fronteira do Brasil, Peru e Colômbia, criou um “vácuo de soberania” que é rapidamente ocupado por organizações criminosas, na principal área de entrada do lado brasileiro do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

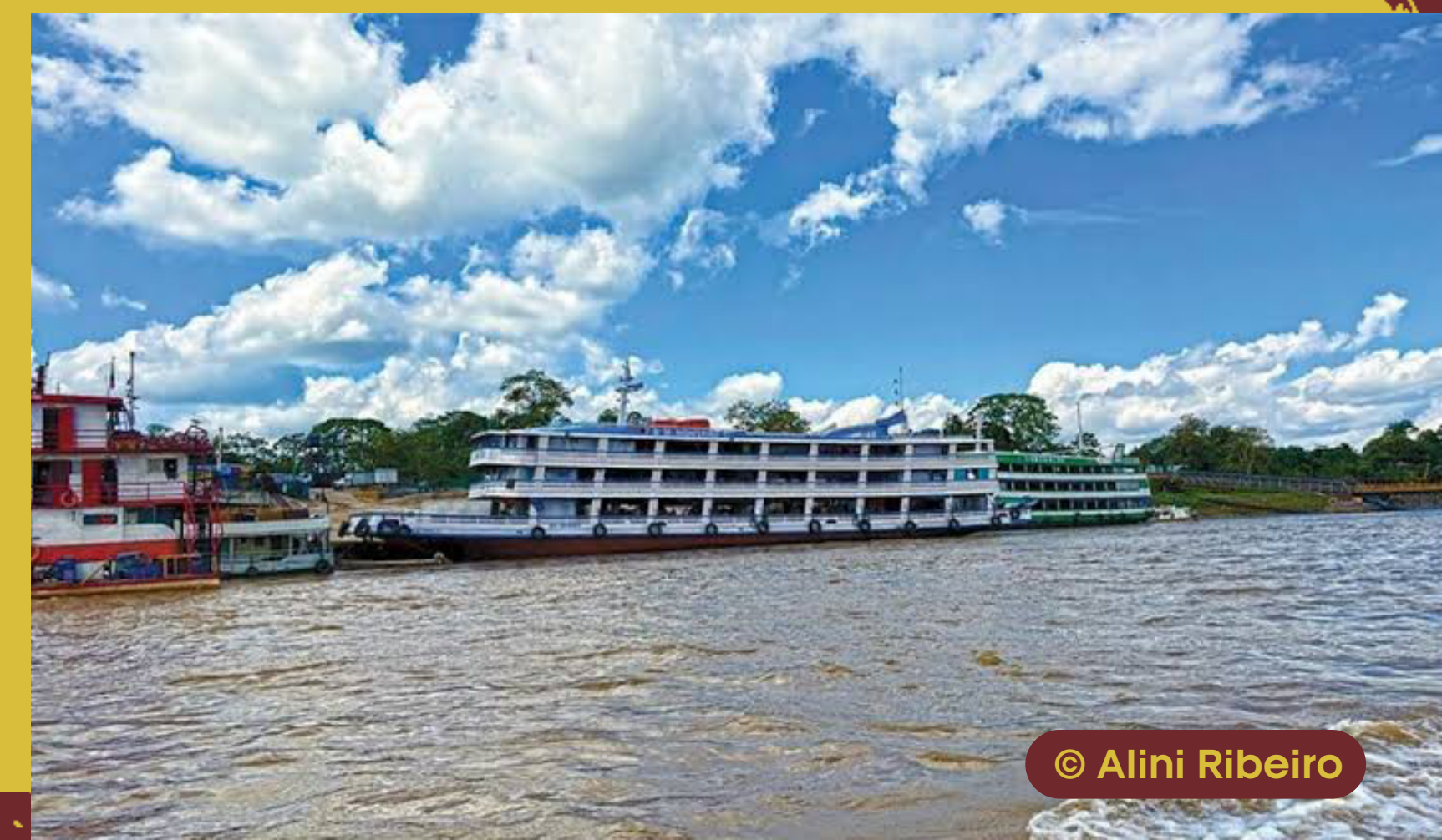
O MPF aponta que a delegacia passou de cinco para dois delegados, enquanto o número de inquéritos aumentou de 95, em 2024, para 141 em março de 2026. A ação pede a recomposição do efetivo e melhorias

estruturais na unidade. A Polícia Federal informou que novos servidores estão previstos e que também estão em andamento investimentos em monitoramento, equipamentos e uma nova sede em Tabatinga.

Saiba mais no site do O Globo



© Bruno Kelly/Amazônia Real



© Alini Ribeiro

PERU



© Jorge Saenz



© José Medeiros/Sumaúma

Governo brasileiro afirma que está trabalhando com o Peru para proteger terras indígenas na fronteira

Os Ministérios dos Povos Indígenas do Brasil e da Cultura do Peru assinaram um memorando de entendimento para fortalecer a cooperação na proteção de territórios indígenas, especialmente daqueles ocupados por povos isolados na fronteira entre os dois países. O acordo, negociado desde 2024, prevê compartilhamento de informações e articulação de ações diante de invasões, atividades ilegais e outras pressões sobre os territórios.

O anúncio ocorreu após lideranças Ashaninka cobrarem medidas de proteção depois que homens armados invadiram seu território na fronteira Brasil–Peru, na região do Acre, e ameaçaram famílias e lideranças. A Polícia Federal abriu investigação e realizou uma operação na região, enquanto o Exército reforçou temporariamente a presença na fronteira. O avanço do narcotráfico e de organizações criminosas pela região também aparece entre as principais ameaças relatadas.

Saiba mais no [apnews](#)

À espera dos Mashco Piro, um povo isolado na fronteira entre Brasil e Peru

Indígenas Mashco Piro que vivem em isolamento voluntário vêm se aproximando com mais frequência de aldeias no Brasil, assim como já acontece no lado peruano, onde em 2024, cerca de 50 deles se aproximaram de uma aldeia no rio Las Piedras. Essa presença cada vez mais frequente tem preocupado comunidades Manchineri e Yaminawá na fronteira entre Brasil e Peru. Segundo a SUMAÚMA, indígenas e indigenistas relacionam esses deslocamentos à pressão da exploração madeireira no lado peruano, onde há concessões próximas aos territórios utilizados pelos isolados. Vestígios como acampamentos, pegadas e restos de alimentos dos isolados já foram encontrados no lado brasileiro.

Diante da possibilidade de novos encontros, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad) iniciaram a formação de indígenas brasileiros moradores de aldeia ao longo do rio Acre para monitorar a presença dos isolados e agir em situações

de aproximação, evitando conflitos e riscos de transmissão de doenças. As comunidades também discutem a elaboração de um plano de contingência, enquanto defendem que a prioridade é evitar o contato e garantir a proteção dos Mashco Piro e dos territórios por onde circulam.

Diferentemente do passado, quando o tema era encabeçado pelo Estado, hoje são os próprios indígenas que têm tomado a frente do processo, evitando o contato e construindo um monitoramento das ameaças a esses povos isolados.

Saiba mais no site da Sumaúma ➡

Estado peruano ante la Corte IDH por Mashco Piro

O Estado peruano responderá pela primeira vez perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos por colocar em risco a vida e a integridade de um povo indígena em isolamento voluntário. O caso envolve os Mashco Piro e questiona a concessão de atividades extrativas em seu território ancestral na Amazônia peruana.

Os Mashco Piro vivem em uma região transfronteiriça entre Peru e Brasil e enfrentam pressões de concessões madeireiras, projetos de infraestrutura, extração ilegal de madeira e mineração. Levado ao Sistema Interamericano pela FENAMAD e pela Earth Rights International, o caso foi admitido pela Corte IDH em 2024 e se trata do primeiro caso de violações dos direitos de povos indígenas isolados do Peru analisado por este tribunal.

Saiba mais no site da Servindi ➡

Estradas e madeireiros avançam sobre refúgio desprotegido dos Kakataibo isolados

Uma área da Amazônia peruana conhecida como Kakataibo Extremo Norte, onde há registros da presença de indígenas Kakataibo em isolamento voluntário, segue sem reconhecimento e proteção formal do Estado. Organizações indígenas alertam que a região enfrenta o avanço de concessões florestais, estradas ilegais, exploração de madeira e rotas do narcotráfico, além do aumento do desmatamento nos últimos anos.

Desde 2021, organizações indígenas reivindicam o reconhecimento da área, localizada ao norte da Reserva Indígena Kakataibo Norte e Sul, entre Loreto, Ucayali e Huánuco. O pedido foi rejeitado pelo Ministério da Cultura em 2023, e lideranças alertam que a falta de proteção aumenta os riscos de invasões, destruição da floresta e contato com os grupos isolados, que são especialmente vulneráveis a doenças e outras ameaças externas.

Saiba mais no site da Mongabay ➡



© Survival



© Christian Ugarte/Mongabay

Selva sangrenta: situação crítica dos defensores ambientais

A violência contra defensores ambientais segue na Amazônia peruana, impulsionada pelo narcotráfico, extração ilegal de madeira, mineração e tráfico de terras. Um levantamento da American Bar Association identificou 45 defensores ambientais assassinados no Peru entre 2014 e 2024, dos quais 31 eram indígenas. Entre 2020 e 2024, seis lideranças Kakataibo foram assassinadas.

Em Ucayali, o avanço dos cultivos de coca, pistas clandestinas e áreas desmatadas também pressiona a Reserva Indígena Kakataibo Norte e Sul, onde vivem grupos em isolamento voluntário. Diante das ameaças, comunidades criaram a Guarda Indígena do Povo Kakataibo do Peru, que reúne mais de 150 homens e mulheres para o monitoramento territorial.

Saiba mais no site da Servindi



© Leslie Searles/Global Witness

ISOLADOS EM PAUTA



© Divulgação

Proteção a indígenas isolados vive 'lentidão e desinteresse', diz procurador

Territórios com presença de povos indígenas isolados continuam sofrendo com invasões, grilagem e desmatamento mesmo sob Portarias de Restrição de Uso. Em entrevista à Mongabay, o procurador da República Daniel Luís Dalberto afirma que essas medidas são importantes para impedir a entrada de pessoas não autorizadas, mas deveriam ser temporárias e acompanhadas pela conclusão dos processos de demarcação.

Entre os casos mais preocupantes estão as Terras Indígenas Ituna/Itatá, no Pará, e Piripkura, em Mato Grosso, que enfrentam fortes pressões mesmo com as restrições. O procurador também cita territórios no Amazonas e no Acre onde há referências de povos isolados ainda não confirmadas e sem portarias de proteção, alertando para os riscos de invasões, violência e transmissão de doenças.

Saiba mais no site da Mongabay



Crime organizado avança e abre pistas clandestinas de pouso em terra indígena

A apreensão de cerca de 500 quilos de drogas em Colniza (MT) revelou o uso de áreas próximas à Terra Indígena Piripkura, ocupada por um povo indígena isolado, como rota do narcotráfico internacional. Segundo a Funai, pistas clandestinas utilizadas por aeronaves vindas da Bolívia e a permanência de invasores no território aumentam as ameaças a esses indígenas e favorecem outras atividades ilegais e o desmatamento.

A situação ocorre enquanto uma decisão da Justiça Federal permite a permanência de não indígenas na TI até a conclusão do processo de demarcação. O Ministério Público Federal recorreu ao TRF-1 para pedir a desocupação da área, argumentando que as invasões contribuem para a degradação ambiental, fortalecem a atuação do crime organizado e aumentam os riscos de violência e transmissão de doenças aos Piripkura isolados.

Saiba mais no site do O Globo

Minidocumentário aborda presença de povo indígena isolado em Itapiranga

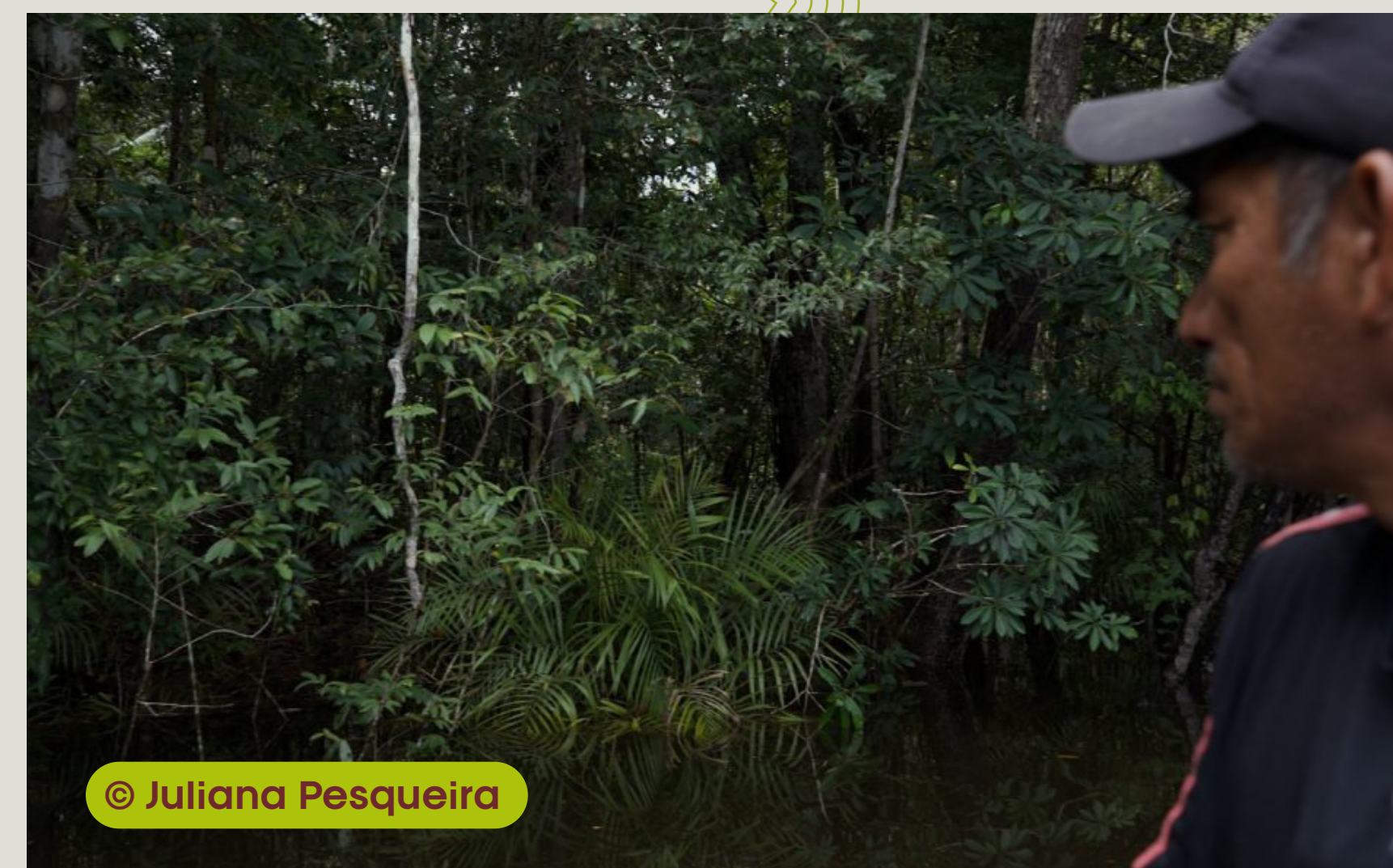
O minidocumentário Isolados: a floresta que ainda guarda um povo livre apresenta relatos e registros sobre a presença de indígenas em isolamento voluntário na região de Itapiranga, no Amazonas. Em 2023, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relataram ter avistado adultos e crianças durante atividades de levantamento na região, reforçando informações já compartilhadas por moradores locais.

O Cimi, por meio da Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil), a CPT e moradores passaram a reunir relatos, vestígios e informações sobre os avistamentos. A produção também reúne depoimentos de procuradores da República e aborda a necessidade de reconhecimento oficial e de medidas do Estado para proteger o povo isolado e o território onde vive.

Saiba mais no Youtube



© Divulgação



© Juliana Pesqueira

Mineração ilegal avança sobre território de povos isolados na Colômbia

A mineração ilegal de ouro, em grande parte realizada por garimpeiro brasileiros, avança em direção ao território dos povos indígenas isolados Yuri-Passé, no Parque Nacional Natural Río Puré, na Amazônia colombiana, próximo à fronteira com o Brasil. Imagens de satélite mostram a aproximação da atividade ilegal das áreas onde vivem esses grupos, aumentando as ameaças à integridade do território e à floresta.

Especialistas alertam para os riscos desse avanço sobre povos que evitam o contato com a sociedade envolvente e dependem da preservação de seus territórios. A expansão da mineração representa uma ameaça tanto para os Yuri-Passé quanto para a conservação dessa região da Amazônia.

Saiba mais no site do El Espectador ➔

ONU pede a Índia a suspensão de megaprojeto em ilha de indígenas isolados

A ONU pediu ao governo indiano a suspensão de um polêmico projeto na Ilha Grand Nicobar, que impactaria gravemente a vida dos indígenas isolados Shompen. Esse mega projeto de desenvolvimento foi lançado em 2021 e pretende transformar a ilha, localizada no extremo

sul do país, em um grande polo econômico, logístico e militar no Oceano Índico. Prevendo a construção de um grande terminal internacional de contêineres, um novo aeroporto internacional, uma nova cidade, um parque industrial, usinas de energia solar e gás e a migração de até 650 mil colonos que resultarão no corte de centenas de milhares de árvores.

O Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) pediu para a Índia “suspender a implementação dos projetos nas ilhas de Grand Nicobar e Andaman até que um estudo completo e independente de impacto ambiental, econômico, social, cultural e espiritual seja concluído”. Destacando a “falta de medidas tomadas para tratar as preocupações” sobre “os impactos adversos dos projetos de desenvolvimento nas Ilhas Nicobar e Andaman, que ameaçam a sobrevivência de vários povos indígenas/tribais vulneráveis, particularmente aqueles que vivem em isolamento voluntário”.

Tal projeto já foi duramente criticado por 39 especialistas internacionais em genocídios, que alertaram, em 2024, que os Shompen correm o risco de genocídio caso o projeto siga adiante. A diretora da Survival International, Caroline Pearce, afirmou hoje: “A ONU agora se juntou ao coro de vozes que se levantam contra o projeto de Grand Nicobar.

Saiba mais no site da Survival Brasil ➔



‘Isso é colonialismo por cliques’: os influenciadores que tentam encontrar e filmar os povos mais isolados do mundo

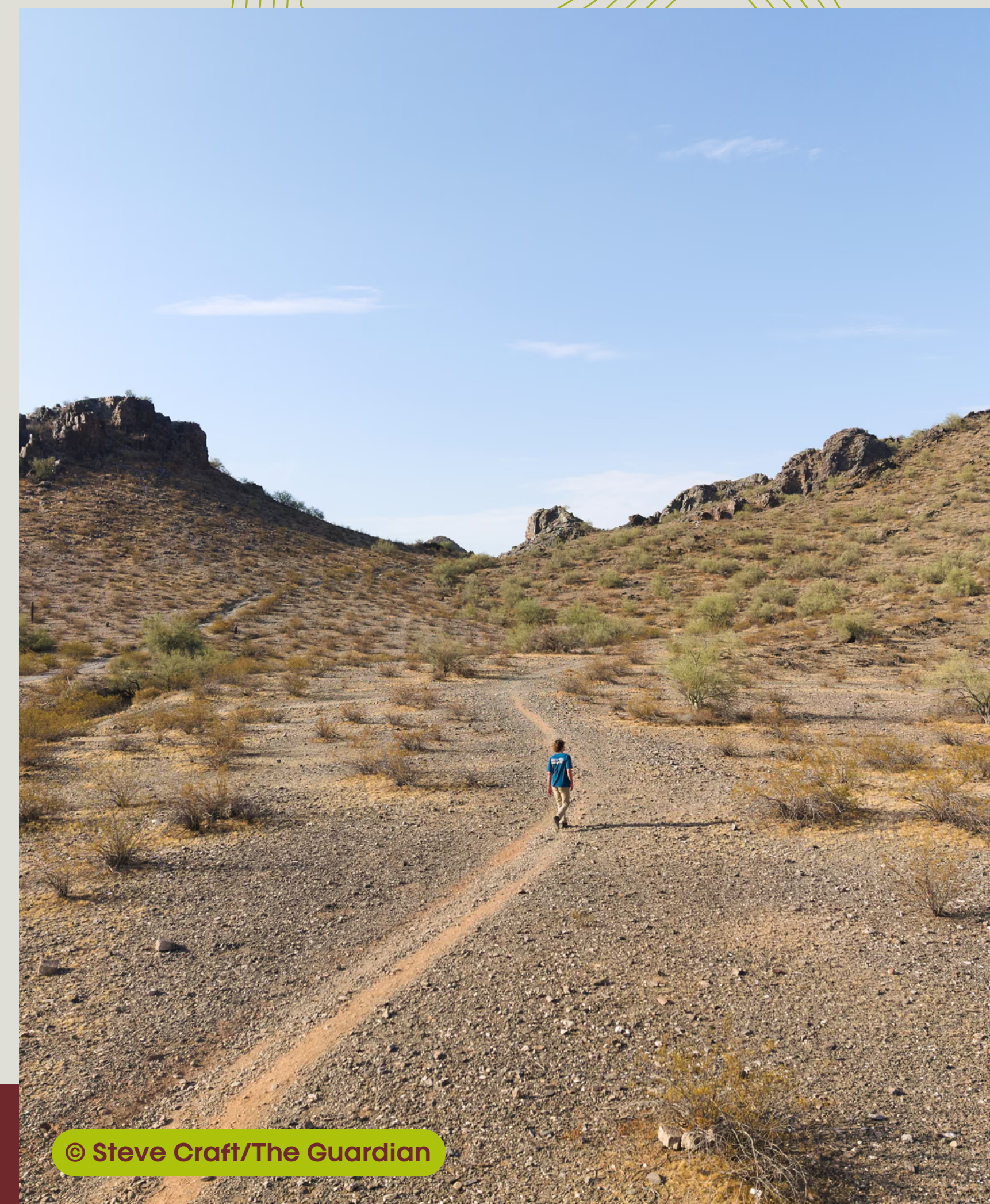
Organizações que atuam na proteção de povos indígenas isolados alertam para o aumento de influenciadores que tentam localizar, filmar ou estabelecer contato com povos indígenas isolados em busca de conteúdo para as redes sociais. A reportagem apresenta casos na Índia, no Paraguai e na Amazônia e destaca que aproximações não autorizadas podem expor esses povos a doenças, conflitos e violações de sua autonomia e do direito de permanecer em isolamento.

A ameaça já entrou nas discussões internacionais sobre proteção aos povos isolados. O GTI-PIACI, articulação formada por 21 organizações, acompanha o tema, que também foi debatido em uma reunião das Nações Unidas realizada no Brasil. O contato com membros desses povos pode ter consequências graves para todo o grupo que não possui imunidade a determinadas doenças.

Vídeos postados em mídias sociais de propriedade de big techs americanas, moldam a cultura global e impõe um olhar branco e ocidental sobre as sociedades indígenas reafirmando as estruturas de poder colonial, o que tem sido chamado de “imperialismo de plataforma”.

A líder indígena equatoriana, do povo Kichwa, Maria Cerda, diz que mesmo criadores de conteúdo bem-intencionados tendem a confundir comunidades e culturas distintas, e espalhar narrativas simplistas: “Eu sinto que eles não estão tratando as questões como deveriam ser, com respeito e o contexto completo”. No entanto, às vezes, quando uma plataforma internacional seria bem-vinda, “quando se trata de nossos direitos, eles não se importam”.

Saiba mais no site do The Guardian



© Steve Craft/The Guardian

“Eles devem escolher seus próprios destinos”: Manish Chandi fala sobre os povos indígenas isolados da Índia

Os povos Sentineleses e Shompen, que vivem em isolamento voluntário nas ilhas Andaman e Nicobar, enfrentam pressões sobre seus territórios e recursos naturais. Em North Sentinel, pescadores e embarcações avançam sobre águas protegidas e exploram recursos dos quais os Sentineleses dependem, enquanto incursões de influenciadores e outras pessoas de fora aumentam os riscos de contatos indesejados.

Na ilha de Grande Nicobar, um projeto de infraestrutura prevê intervenções em áreas utilizadas pelos Shompen para caça, coleta e moradia. O pesquisador Manish Chandi alerta que a perda de florestas e recursos pode provocar deslocamentos e aumentar a dependência dessas populações, defendendo a proteção territorial, a autonomia e o respeito à decisão desses povos de manter as interações em seus próprios termos.

Saiba mais no site da Mongabay



© Divulgação

EXPEDIENTE

Redação, edição e revisão:

Helena Ladeira, Hilton S.
Nascimento, Rafael Nakamura
e Tiago Kirixi Munduruku

Equipe do Programa Javari:

Adriana Ribeiro, Damba Matis,
Dominick Abreu, Izanilde
Bomfim, Janekelly D'ávila e
Rafael Monteiro Tannus

Projeto gráfico:

Estúdio Entremeio

CORREDOR
BOLETIM
INFORMATIVO
YAUARI
-TAPICHE

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



Rainforest Foundation
Norway